

**CULTURA ESCOLAR:
HISTÓRIAS & MEMÓRIAS EM
DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS**

EHMCES

Coleção Educação, História & Memórias
e Culturas em Diferentes Espaços Sociais



Prof. Ms. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Engenheira Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)
Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)
Prof. Dr. Henryk Siewierski (UNB)
Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG - Catalão)
Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)
Profa. Ms. Margareth Leber Macedo (UFT)
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)
Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)
Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)
Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)
Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)
Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)
Profa. Dra. Elisangela Aparecida Pereira de Melo (UFT)

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida
José Maria Baldino
Kamila Gusatti Dias
Organizadores

**CULTURA ESCOLAR:
HISTÓRIAS & MEMÓRIAS EM
DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS**

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico
- 2019 -

Copyright © 2019 by Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida,
José Maria Baldino, Kamila Gusatti Dias

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15 Lote 22, Casa 2
Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás
CNPJ: 24.730.953/0001-73
Site: <http://editoraespacoacademico.com.br/>

Contatos:

Prof. Gil Barreto - (62) 98345-2156 / (62) 3946-1080
Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Foto da capa: Amarildo Gonçalves (Fotógrafo de Jataí)
Editoração: Franco Jr.

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

C967 Cultura escolar : histórias e memórias em diferentes espaços sociais / Organizadores Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, José Maria Baldino e Kamila Gusatti Dias. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2019.
433 p.

Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-65-80274-37-6

1. Educação. 2. Educação - história. I. Almeida, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de (org.). II. Baldino, José Maria (org.). III. Dias, Kamila Gusatti, (org.).

CDU 37.01

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*
2019

Capítulo 21

PATRIMÔNIO RELIGIOSO: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOBRE A IGREJA DE SANTO ANTÃO EM ÉVORA - PORTUGAL

*Vandeir José da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães*

Introdução

As acções¹ de salvaguarda, conservação e valorização do Património, em quaisquer das suas manifestações, só são possíveis se ele for conhecido e, sobretudo, se as comunidades a que pertence dele tiverem consciência.

Antónia Fialho Conde

Apresentamos, neste trabalho, reflexões acerca de um património católico religioso, a Igreja de Santo Antão, localizada na cidade de Évora² em Portugal. Por sua importância, seu centro histórico foi titulado Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1986.

¹ Ao longo do texto, o leitor encontrará palavras que obedeceram ao padrão do português de Portugal.

² Localiza-se na região do Alentejo, sub-região do Alentejo Central e se distancia a 134 Km da capital Lisboa. Membro da Rede de Cidades Europeias mais antigas.

O sentido de patrimônio religioso está ligado à utilização da igreja como local de manifestação religiosa, que mantém práticas e costumes ressignificados ao longo do tempo, através de gerações que a definem como local de importância e preservação da memória. Estão ligados a essa paisagem arquitetônica, seu valor histórico e o valor de pertencimento da sociedade que a frequenta e seu patrimônio integrado.

Nossa preocupação com a escrita deste trabalho é refletirmos sobre as diversas funções da história e suas possibilidades a partir do entendimento e conhecimento sobre patrimônio religioso na visão do Pe. Manuel Maria Mardureira da Silva³, responsável pelo edifício. As experiências da memória atestam condições para a partilha do significado de patrimônio religioso e, nessa tarefa, avançamos no ofício de historiador, a de interpretar o diálogo estabelecido entre entrevistado e entrevistador.

Figura 1. Igreja de Santo Antão, Praça do Giraldo



Fonte: Acervo do autor. Junho/2017.

³ O Pe. Manuel é o Pároco de Santo Antão, em Évora e Graça do Divor, Chanceler da Cúria e professor no ISTE. Nasceu em 17 de março de 1951 uma família simples do campo no Norte de Portugal, em Província do Douro Litoral, Norte do distrito de Visel, Concelho de Sinfrante. Ordenou-se em 23 de junho de 1974.

Ressaltamos a importância do patrimônio religioso como recorte específico a deter-se na Igreja de Santo Antão, localizada na Praça do Giraldo, no centro histórico da cidade.

Conforme se pode visualizar, a igreja, em estilo renascentista, é um patrimônio protegido como bem cultural. De acordo com Silva (1995, p. 7) foi erigida:

Em estilo salão, de pesada arquitectura e fachada aparentemente sem carácter religioso, começou a ser construída em 1557, sob patrocínio do primeiro arcebispo de Évora, o cardeal D. Henrique. Foi aberta ao culto em 1563 pelo seu sucessor, D. João de Melo. Pouco depois, em 1568, um forte abalo de terra derrubou a abóbada. A reconstrução iniciou-se de imediato, sob orientação do arquitecto eborense Brás Godinho, que não alterou o plano geral, obra de Manuel Pires, a quem fora encomendado o projecto por carta de 10 de julho de 1557, passada pelo arcebispo fundador ao seu mestre de obras.

A edificação religiosa é um dos belos exemplares de Évora, local de atribuição de significados do sagrado e da fé, palco de muita visitação por sua beleza e valor.

O objetivo do trabalho é ampliar a compreensão sobre patrimônio religioso através da memória, aprofundando interlocuções conceituais que se tornem meios de interação na área das ciências humanas. A fundamentação teórica fora embasada em autores que partilham da história cultural, patrimônio, memória e história oral.

A pesquisa foi realizada pelo viés qualitativo e pautou-se nas lembranças e representações do padre que entrevistamos, fazendo uso da história oral e da história de vida, sendo as entrevistas realizadas no recorte temático sobre patrimônio religioso, incursionando na narrativa apresentada por Pe. Manuel Maria Madureira da Silva, ao longo de seus 43 anos de experiência de sacerdócio, o que nos leva a partilhar do pensamento de Alberti (2004, p. 9), ao escrever que “a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato”. Concordamos com a autora e pensamos ser a história oral um artefato capaz de completar o documento escrito, pois muitas vezes, há vazios e silêncios os quais podemos compreender com as narrativas de homens e mulheres que viveram processos históricos, ou deles ouviram falar.

A memória é o lugar da imortalidade, possui traços do poder do conhecimento, sendo uma reminiscência do guardar de cor, ou seja, é a condição que desperta na alma do narrador as lembranças do seu saber. Entendemos que a memória inspira e tem o poder de provocar nas palavras ligações entre passado e presente e configuram na reelaboração da memória as paisagens, ligando fronteiras espaciais e temporais. A história é filha desse debate que interage Mnemósine como deusa da memória e Clio, sua filha como musa da história.

Incursionamos com pesquisa etnográfica focada na observação do cotidiano dos fiéis dentro da igreja de Santo Antão, por um período de seis meses, analisando sua arquitetura, as capelas e o patrimônio integrado. Observamos na liturgia a vivência ministerial de Pe. Manuel Maria Madureira da Silva, que participa e constrói em seu cotidiano experiências de seu sacerdócio e a relação com o patrimônio. Fizemos fotografias do ambiente sagrado detendo-nos nas doze capelas locais como interesse de recolhimento de informações e na finalidade da existência das mesmas, por fazerem parte do conjunto em estudo.

Os questionamentos que nortearam o trabalho foram: quais são as lembranças do Pe. Manuel em relação ao patrimônio religioso estudado? O que significa patrimônio religioso edificado e artes sacras para o narrador? Qual o papel da igreja na proteção desse patrimônio?

Patrimônio cultural religioso e suas representações: um estudo em Évora

Para compreendermos o sentido da palavra patrimônio, recorreremos às reflexões realizadas por Antónia Fialho Conde e Olga Magalhães (2012), ao apresentarem em seu texto as cartas patrimoniais e as convenções, manifestos e declarações, demonstrando a inquietação no sentido do desejo da preservação do patrimônio em suas muitas dimensões, sendo elas produto de testemunhas na pluralidade cultural. Segundo as autoras.

A Carta de Atenas (1931); a Convenção de Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, Haia (1954); a Carta de Veneza (1964); a Declaração de Amesterdão (1975); a Declaração de Nairobi-Varsóvia e a Carta do México sobre defesa do Património Cultural (1976); a Carta de Burra sobre conservação de sítios com importância cultural, Burra (ICOMOS, Austrália, 1979, revista em 1981,

1988 e1999); a Convenção europeia para a proteção do Património Arqueológico (1969); a Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos (1981); a Carta Internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas (1987); a Carta de Villa Vigoni sobre a proteção dos bens culturais da Igreja (1994); a Carta Internacional sobre a proteção do Património subaquático (1996; 2001); a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural e a Carta sobre o Património construído vernáculo (1999); o Manifesto para a Preservação do Digital (2000), sublinhando-se, neste último, a importância tanto de uma pedagogia cívica no sistema de ensino (demolde a, pela análise crítica das informações, desenvolvendo cidadania) como a utilização das novas tecnologias para fins educativos; a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003); a Convenção de Faro (2005); a Carta dos Itinerários Culturais (ICOMOS, 2008); e, por fim, a Declaração de Taormina: “Salvem os a Memória e a Identidade da Europa” (CONDE; MAGALHÃES, 2012, p. 119).

Observamos através da reflexão, o esforço de intelectuais e autoridades políticas no sentido de construir condições que amparem os bens patrimoniais nas suas expressões culturais diversas, sejam eles materiais, imateriais e paisagísticos. De acordo com Conde e Magalhães (2012), podemos classificar o património cultural material de natureza imóvel em edifícios, núcleos urbanos, sítios arqueológicos bem como os paisagísticos, havendo também móveis, sendo esses as coleções arqueológicas e os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, bem como os fotográficos, os cinematográficos, além, do património integrado – azulejos, talha dourada, por exemplo). Esta compreensão está ligada, conforme as autoras, à responsabilidade da sociedade contemporânea que, identificando e protegendo o património cultural, irá garantir sua existência tornando possíveis às gerações futuras o acesso aos mesmos.

Procuramos nessa perspectiva, nortear a pesquisa dentro do significado de património religioso, conforme definido por Correia (2008, p. 2): “O património religioso e os lugares sagrados fazem apelo à transcendência, à referência ao divino, que talvez seja a única característica do Homem que não tem paralelo em nenhuma espécie animal”. De acordo com a definição, é preciso pensar esse conceito como algo que perpassa pelo sentimento de pertencimento e possibilite a atribuição da identidade do sagrado que transcorre tanto o individual como o coletivo, permitindo que fenômenos dessa vivência sejam inteligíveis, conferindo nesse, a realidade com seus enquadramentos da memória.

Não nos é possível viver o passado tal como ele foi, ou reproduzirmos suas experiências, mas nos é dado, através da memória, condições de reconstruir em narrativas as mudanças e permanências das produções humanas que nos chegam através da oralidade, sendo elas um local social e do saber. Articulando relações entre passado e presente, o Padre Manuel nos contou que com 11 anos de idade foi para o Alentejo, onde estudou inicialmente três anos e, posteriormente, mais oito em Évora, no Seminário de Évora, com formação nos cursos de Teologia e Filosofia.

Como padre diocesano, realiza ministério há 43 anos e pertence à diocese eborense, onde exerce responsabilidades como pároco na Paróquia de Santo Antão há 23 anos, sendo também responsável pela paróquia de Graça do Divor (N.ª Sr.ª da Graça) há 21 anos. Na Cúria Diocesana, cumpre papel de Chanceler da Diocese. Procuramos nessa larga experiência estabelecer conexão entre passado e o presente por meio de suas narrativas, enfocando o “imóvel de interesse público”, nomenclatura classificada de acordo com o narrador, há mais de 40 anos, dentro da ideia do chamado Monumento Nacional. Na compreensão do Pe. Manuel, a palavra patrimônio pode ser assim definida:

Interpreto a palavra património como sendo o masculino do matrimónio. Hora, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Porque o matrimónio tem a ver com família de sangue. Onde a mãe, sem dúvida nenhuma, o elo de ligação para a vida e para as gerações umas para as outras. Por isto, a palavra matrimónio tem um grande sentido. A palavra património também é uma espécie de casamento de família, não de sangue, mas de valores, de fronteiras, de tradição, de impendência política e cultural. Quer dizer que o património em Portugal existe desde que existe Portugal. E isto significa novecentos anos (Entrevista concedida ao autor em 12 de junho 2017).

Podemos observar que suas palavras são impregnadas de sentidos, interligando patrimônio e casamento como instituições que se relacionam ao cuidar, possibilitando perceber o sentimento de responsabilidade no que tange às condições de preservação do patrimônio cultural, voltados à nacionalidade e à formação do País. Percebemos em sua narrativa, em relação à historicidade de Portugal, o reconhecimento do passado e da memória presente, destaca que patrimônio dever ser pensado como sendo parte da política, da cultura, de seus valores e tradições.

A interpretação pode ser também refletida como sendo conduta da sua sensibilidade ao se identificar como uma das identidades do local. Preocupa-se em fazer do conceito patrimonial um elo bem maior que liga para a vida, que deve ser preservado. Para ele, é premissa pensarmos no alargamento do termo técnico de patrimônio, pois a palavra, em si, possui uma noção corrente que nos leva a refletir sobre edificações e monumentos que precisam de preservação, porque possuem valores singulares e merecem ser divulgados para a sociedade à qual pertencem. Esse conceito nem sempre foi pensando assim e contemporaneamente abrange novas questões, processos de transformação em decorrência de conflitos e disputas de áreas de saberes.

Foi possível perceber que a narrativa do Pe. Manuel está assentada em dois panoramas. Inicialmente, aponta para questões da família, sua ligação com o sentimento, ou seja, o aspecto emocional, espiritual; de outra maneira, a compreensão do que seja patrimônio imaterial. Outra categorização é apontada quando ele fala dos bens de interesse público, ou imóvel de interesse público, englobando os bens materiais, móveis e imóveis. Cabe-nos, aqui, fazer um parêntese para nos situarmos quando dissemos acima sobre a ampliação do conceito de patrimônio. Com os debates intelectuais que ocorreram na academia após a Revolução Francesa, teve início uma discussão do que se deveria ser preservado. Nessa perspectiva, há um favorecimento de compreensão do termo patrimônio, o que possibilitou dar início ao processo da legislação patrimonial. Por outro lado, mesmo com essa conquista, o que se pode perceber é que esse conceito ficou circunscrito às construções de grande porte, que demonstravam valor associado à aristocracia.

O percurso cronológico descrito por Conde e Magalhães perpassa desde a Carta de Atenas, em 1931, até a Declaração de Taormina “Salvemos a Memória e a Identidade da Europa”, que aconteceu em 2009, e aponta para significativos interesses de mudanças pautados em debates de intelectuais, afirmando o local da historiografia voltado para essa temática, e a sua relação com as políticas públicas. Desse modo, a prática de construção de leis aponta para a incorporação de novos significados, abrindo desde o início do século XX aos anos de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorrem posicionamentos de organizações e grupos que procuram contestar o nacionalismo exacerbado, reivindicando o alargamento desse conceito. Hobsbawm, em suas obras “Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade e Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991”, trouxe significativas contribuições para refletirmos sobre o processo de construção de uma nação sobre

a outra, contribuindo com definições caras ao conceito de nação e nacionalismo. O nacionalismo foi um reposicionamento no processo histórico do século XX, fazendo com que ocorressem mudanças nos mapas geopolíticos dos continentes.

Como podemos perceber, várias situações provocam o surgimento de sentimentos de mudanças, demonstrando posicionamentos, aproximações, fortalecimento de desejos de mudanças internacionais, demonstrando que a sociedade procurava se reconhecer e afirmar-se dentro de seus espaços civis e institucionais organizados, sendo criada a ONU e a UNESCO, com o objetivo de procurar meios de paz para a segurança coletiva e assim promover o fortalecimento das relações entre as nações e incentivar a melhoria das condições de vida da sociedade, bem como os direitos humanos.

Por meio dessas duas grandes entidades, acentua-se o debate sobre o patrimônio, observando, por exemplo, que nos países de “terceiro mundo” se encontravam expressões diversas, que não estavam no cerne ou não se harmonizavam no contexto do debate desse conceito.

Com a Conferência Mundial que ocorreu no México sobre as Políticas Culturais realizada em 1985, foi apresentada uma nova maneira de interpretar o patrimônio. Desse evento resultou a “Declaração do México”, visando aproximar os povos e melhorar a compreensão entre os homens, tal como expresso nesse documento.

Assim, ao expressar a esperança na convergência dos objetivos culturais e espirituais da humanidade, a conferência concorda que, no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como um conjunto de traços distintos e distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores as tradições e as crenças. Concorda também que a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que nos faz especificamente humanos, racionais, críticos, e eticamente comprometidos. Através dela discernimos valores e efetuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesma, si reconhece como um projeto inacabado, põe em questão suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que transcendem (Declaração do México, 1985).

Expressões essas, encontradas na oralidade, no modo de saber fazer, nas festas tradicionais que estão associados ao cotidiano.

Pensando nessa dimensão do património reflete o narrador:

O que quer dizer património no sentido técnico do termo tem a ver com cultura. E a cultura patrimonial manifesta-se de várias formas, nos livros, nas tradições e costumes, na nossa idiossincrasia do povo, mas também, manifestam no património construído, monumentos que são frutos da ação humana da arquitetura etc. (Entrevista concedida ao autor em 12 de junho 2017).

Completando seu raciocínio. “Mas dizia eu que, nós temos em Portugal, na palavra património, tudo definido a partir deste momento do IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico⁴ e Arqueológico”. De acordo com o Pe. Manuel, encontram-se como exemplos de património edificado em Évora, a Sé e a Igreja de São Francisco, mas há outros que são Monumentos Nacionais e muitos deles, simplesmente de interesse público. Citou a Igreja de Santo Antão como “imóvel de interesse público”, que está classificada como sendo, segundo os critérios do Governo, uma pertença da igreja instituída, nesse caso a igreja diocesana – e observa que o edifício, enquanto construção, está diretamente relacionada com o grupo do IGESPAR, que organiza, dá ordens e indica, explicando o que deve ser feito quando é necessário fazer uma restauração.

Colaborando com a compreensão do que sejam as edificações classificadas como monumento nacional ou IIP (Imóvel de Interesse Público) de acordo com a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC)⁵:

Os imóveis podem ser classificados como “monumento nacional”, de “interesse público” e de “interesse municipal”, tendo em conta “o valor histórico-cultural, estético-social, técnico-científico, de integridade, autenticidade e exemplaridade”, esclarece a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Segundo o Pe. Manuel Madureira, e retomando o sentido patrimonial, religioso e cultural, encontramos expressos nos altares das igrejas católicas, imagens em retábulos de talha dourada trabalhados em madeira por artesões, e paramentos, sendo esses elementos que constituem um espelho da cultura religiosa. Afirmou ainda que, no seu entendimento, a religião não é simples-

⁴ A palavra Património e Arquitetónico está com acento agudo por se tratarem de nomes de escrita portuguesa.

⁵ Disponível em: <https://www.publico.pt>. Acessado em: 01 de abril de 2019.

mente culto, mas engloba também os elementos que entram no culto e tudo o que fica na vivência das pessoas. E, nessa dimensão, entre o vivido e o experimentado, as pessoas ganham hábitos e, para além dos hábitos, formam sua maneira de ser.

Na busca por cultuar o divino, a sociedade sempre escolheu e construiu seus templos como locais duráveis e de contemplação e respeito, demonstrando conhecimento arquitetônico, e buscando diferenciá-los das demais construções em seus traçados e volumetria. Essas edificações são obras-primas do seu tempo, sobreviveram e inspiraram a sociedade a ornamentá-la como traço da identidade da época. Nessa perspectiva, questionamo-nos: que significados há na Igreja de Santo Antão e nas manifestações artísticas e patrimoniais nela integradas? Se olharmos simplesmente com visão desatenta, perdemos a oportunidade de entendermos a riqueza de seus elementos, que nos compele a uma falsa ideia de beleza. Mas se temos por intenção o olhar apelativo da interpretação, permitimo-nos compreender sua produção religiosa e as influências de determinada época. Para Silva (1995, p. 8-10).

A igreja está edificada no espaço onde, desde recuada data, existiu a Albergaria do Corpo de Deus com a capela anexa, ambas dedicadas a Santo Antão, na altura denominado Santo Antoninho. O novo templo absorveu ainda o casario da então Rua dos Gaios. Do conjunto de edifícios demolidos (capela e albergaria), apenas se conhece hoje o Apostolado, que serve de frontal ao altar-mor da igreja e era pertença da antiga capela. Esta tinha sido sede de Paróquia desde o século XIV. Na Igreja de Santo Antão, entretanto reconstruída, Francisco Varela, em 1572, montou órgão que custou 40.000 reis e de que sobra apenas o móvel, no coro alto. Em 1574 foi ordenado o lajeamento do adro, com escoamento de água, e em 1634 aplicou-se-lhe o ladrilho de fachadas de pedra, como ainda se encontra agora. Em 1648, faziam-se diligências em Lisboa, tentando obter madeira do Brasil para as portas principais, a fim de substituir as de carvalho de Flandres do século anterior.

De acordo com o autor, a igreja passou por remodelações, ocasionando demolições nos arredores, fazendo menção ao que perdurou pelos séculos vindouros. As remodelações fornecem-nos, dessa maneira, elementos valiosos da paisagem geográfica pelas quais passou o edifício, como exemplo, a substituição das portas existentes por madeiras do além-mar.

Apesar das interferências realizadas em diferentes temporalidades, acrescentando o estilo barroco, a igreja mantém características do século XVI.

Construída em planta retangular, chamam a atenção as três naves da mesma altura, mas separadas por altas e grossas colunas que finalizam cada uma em uma capela.

A Igreja de Santo Antão é composta por doze capelas; cada uma, dedicada a um motivo sacro ou Santo devocional que estão subdivididas da seguinte maneira: cinco à esquerda, três localizadas atrás do presbitério e quatro do lado direito da nave. Do lado do Evangelho, temos as capelas do Baptistério, a da Nossa Senhora da Alegria, uma única capela dedicada a São Crispim e São Crispiniano, a Capela de Santa Ana e a de Nossa Senhora dos Remédios. Na localização do presbitério, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, a Capela-Mor e a do Santíssimo. No lado da Epístola, estão as Capela de Nossa Senhora da Saúde, a das Almas, a do Senhor Jesus dos Terremotos e a da Nossa Senhora da Purificação.

Dedicamos nossa atenção primeiramente à Capela-Mor⁶, por ser a principal da igreja e o local onde está a imagem do padroeiro Santo Antão, esculpida em madeira. A capela-mor harmoniza o conjunto em talha com douramento, onde a imagem de Santo Antão é a principal, datada do século XVII. Na parte superior, notamos as esculturas da Fortaleza e Prudência e o quadro “A Matança dos Inocentes” do pintor Bento Coelho da Silveira.

A pintura levou-nos a observar que o artista fez uma composição de momentos históricos variados bem diferente do contexto bíblico, quando Herodes provoca um infanticídio de crianças com idade abaixo de dois anos na cidade de Belém e seus arredores. Esse episódio é narrado em Mateus (2:16-18). O quadro disposto na Capela-Mor mostra uma cena diferente em relação ao contexto bíblico, captado pelo artista em diferentes temporalidades. No canto esquerdo, a crucificação de São Sebastião com um soldado romano aos pés, ao lado uma ariranha, ou onça d’água. Na sequência, um pregador com presença de um Querubim à sua frente, tendo ao lado, São Cristóvão com o Menino Jesus sobre os ombros, que segura na mão esquerda o globo, cravado com uma cruz. Uma série de pressupostos aparecem, propondo-nos refletir espacialidade e realidades distintas na leve mão do artista e a combinação de uma fértil imaginação que congrega no mesmo espaço cenas tão distantes historicamente.

⁶ “A capela-mor foi decorada por iniciativa do Arcebispo D. Luís da Silva Teles, em 1697, com um belo retábulo do “estilo nacional”, do mestre entalhador Francisco da Silva” Cf: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74948>, Acesso: 20/03/2019.

Na Capela do Baptistério, localizada à esquerda, ao lado da porta central, podemos observar a pintura a óleo sobre tela, com representação do batismo de Jesus por João Batista. A obra expõe elementos significativos, sendo, a imagem de Deus representada em plano superior, entre querubins, logo abaixo uma pomba branca, simbolizando o Espírito Santo, consagrando simbolicamente o ato de nascer sobre as águas, ou purificação para uma vida santa, ou vida nova e a imagem do batismo.

A próxima capela é a de Nossa Senhora da Alegria. De acordo com Silva (1995), trata-se de um exemplar com retábulo em transição do Clássico para o Barroco, datado do século XVIII, e suas expressões são voltadas para o rococó. As colunas são em estilo coríntio, com caneluras e presença de elementos fitomórficos, ou seja, arte em forma de vegetal contornando as colunas.

Na capela de Nossa Senhora da Alegria, a pintura a óleo sobre tela, no tímpano do século XVIII, apresenta Jesus entre os doutores da lei. Na parte central do retábulo, a imagem de Santo Antônio. Medeia a pintura outras quatro imagens, sendo elas as duas primeiras, Maria e a Anunciação do Arcanjo Gabriel, e abaixo, Santa Ana e São Joaquim. No local do sacrário, a ordem decorativa apresenta planos distintos que permitem compreender a temática da capela uma vez que temos a Anunciação do Salvador, o que nos leva a perceber o significado do nome de Nossa Senhora da Alegria.

As próximas capelas são as de S. Crispim e São Crispiniano – que, embora ostente os nomes de São Crispim e São Crispiniano, tem como principal destaque no centro a bela imagem de Nossa Senhora de Fátima, ou Nossa Senhora do Rosário e a de Santa Ana. Na primeira capela, marcam-se as colunas salomônicas com estilo de folhagem joanina, retábulo com talha dourada, sendo os acrotérios adornados com anjos esculpidos em madeira. Duas outras imagens são contempladas, Santa Luzia e Santa Isabel. Já na segunda, a Capela de Santa Ana, vê-se um retábulo de talha dourada; seu estilo é barroco e sua ornamentação rococó, com destaque para a pintura em madeira, tem sua temática no nascimento de Jesus e adoração dos três reis magos do Oriente, que, segundo a tradição popular, receberam os nomes de Belchior, Baltazar e Gaspar. Seu estilo, de acordo com a placa informativa, é maneirista século XVI. Outro aspecto relevante na pintura é a preocupação do artista em trazer para o plano de sua arte a presença do Divino como elemento que compõe a participante na visita dos reis magos. Elementos de anunciação do poder podem ser percebidos no livro segurado pelos dois anjos envoltos de Querubins.

No centro, como em algumas das outras capelas, destaca-se a imagem de Santa Teresa do Menino Jesus e não há a presença nessa da padroeira Santa Ana.

Na sequência, as capelas de Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora do Rosário. O destaque da primeira se dá pela harmoniosa pintura que representa Santo Agostinho empunhando um livro a escrever. A cena parece-nos dizer que ele está olhando para alguém que está ditando o que deve escrever ou buscando inspiração para essa finalidade. Destacam-se três Querubins, um acima de sua cabeça, outro à sua esquerda, apontando em sinal de contentamento para a figura de uma mulher com seios desnudos, pisada na cabeça por Santo Agostinho, e um cão, mostrando-lhe os dentes em sinal de fúria. De acordo com Silva (1995), essa imagem representa o esmagamento da heresia. A sequência da pintura mostra o terceiro Querubim colocando fogo em uma das páginas.

Marcando o final dessas capelas, à frente da entrada da porta principal na entrada da igreja, inicia-se uma sequência de três capelas, localizando-se a de Nossa Senhora do Rosário à esquerda. Seu altar fora construído em mármore, obedecendo ao estilo neoclássico. A Capela-Mor possui arquitetura bem distribuída, com tribuna e retábulo em talha dourada, sendo, de acordo com Silva (1995), seu estilo barroco. Finalizando a tríade de capelas que se localizam na parte da frente, está o Santíssimo, em talha dourada, estilo barroco. Segundo dados contidos em placa informativa, data da época joanina. Suas colunas salomônicas douradas harmonizam o conjunto de artes desse local. A paisagem que integra a Capela do Sagrado Coração de Jesus é um magnífico exemplar e, para sua proteção, há um isolamento feito por uma grade de ferro. O local possui um ar de misticismo próprio dos lugares sagrados que despertam meditação, conferindo sentido e significado e sacralizando o espaço, onde o Santíssimo é guardado. As observações realizadas com fiéis presentes nesse cenário religioso, revelaram uma natureza capaz de despertar experiências emotivas, ao se aproximarem dessa capela, sentimentos expressos de diferentes maneiras, demonstrando compenetração, joelhos sobre o piso e mãos postas, choro, mãos sobre o rosto e oferendas de esmolas.

Torna-se esse local um cenário propício para a prática social religiosa, bem como paisagem ritualística, onde moradores locais ou turistas de várias partes do mundo evidenciam uma imersão profunda em gestos e ações, demonstrando uma profusão de fé num ciclo de tradição católica relativa ao contexto histórico ao qual pertence.

Seu estilo arquitetônico possui um valor estético surpreendente, e mais do que a análise da capela pelo seu esplendor ornamental, é a tradução do valor simbólico religioso, demonstrado pelas práticas ritualísticas dos fiéis de frente a ela, o que faz com que ela se diferencie das demais. Agregadas a essa capela, estão também as imagens de São Francisco Xavier e São João da Cruz. As paredes e sua cúpula em abóboda são em acabamento de azulejos – segundo inscrições informativas, são de inspiração orientalizante, polícromos, (amarelo brancas e azuis). Ao lado direito, estão as duas primeiras capelas. A imagem corresponde à de Nossa Senhora da Saúde, pertencente à capela de mesmo nome. No mês de julho, essa imagem é colocada na lateral da Capela de Santo Antão.

A Capela das Almas possui retábulo em talha dourada de ordem coríntia e, segundo Silva (1995), data do século XVII. O frontão é composto por imagens de dois Serafins e ao centro, a Santíssima Trindade pintada sobre tela. Entre as colunas coríntias, a arte maneirista representada na pintura de São Miguel Arcanjo e as Almas. Essa arte possui atrativo forte, marcando dois planos distintos: a abertura do céu e o Arcanjo com uma pena na mão esquerda e a outra em sinal de indicação de passagem. Abaixo, diversas almas em meio às chamas representadas por pessoas comuns, autoridades religiosas e nobres, em mãos postas, sinal de pedido de perdão. O artista procurou demonstrar nessa cena, por meio da sensibilidade, que ricos, pobres e religiosos terão o mesmo julgamento.

As imagens apresentam um aspecto importante de análise, pois São Miguel é difundido como guardião e guerreiro na crença cristã, perpetuado, nessa tradição, como protetor do povo de Deus e da igreja católica. Outro papel importante desempenhado por ele é o da justiça – por isso aparece com frequência com uma balança na mão, para julgar as almas. Segundo Silva (1995), essa obra foi realizada pelo eborense Jerônimo Corte Real.

As capelas seguintes marcam o final desses espaços sagrados. A capela dedicada ao Senhor dos Terremotos possui talha barroca e suas colunas são adornadas de folhagens salomônicas, tendo os capitéis no estilo coríntio. Nela, destacam-se aos pés de Jesus a Sagrada Família entalhada em madeira. Possuidora de altar em talha, com belas colunas em estilo coríntio, em caneluras, seu retábulo destaca a temática da apresentação do Menino Jesus no Templo por seus pais, sendo essa pintura sobre tela.

Finalizando o conjunto de capelas, temos Nossa Senhora da Purificação, que faz jus à sua localização, o que nos permite compreender que, depois

de todas as capelas e suas artes representadas, essas tenham promovido conduta reflexiva por parte dos fiéis e observadores, para que, por meio da tomada de consciência, arrependam-se e purifiquem.

Temos consciência de que essas interpretações merecem aprofundamento diante da riqueza que cada capela apresenta. O que pretendemos neste texto foi trazer reflexões sobre a Igreja de Santo Antão, os aspectos das capelas e a sua componente artística que se inserem dentro da relação devocional como forma de demonstrar que elas são produtos da criação de seus autores, que procuraram explicar suas criações através de suas presenças nesse local sagrado. Nesse sentido, concordamos com Aumont (1995), quando diz que as imagens por si explicam suas presenças, pois elas possuem registros que atestam suas realidades.

Tivemos também como propósito apresentar a igreja como local do acolhimento, de entrega, do merecimento, da virtude e do agradecimento, virtualidades que podem ser compreendidas nas diversas imagens que nos levam a refletir sobre as produções artísticas. Elas simbolizam a criação, a imaginação de seu produtor e de seu tempo, que inscrevem de si e comunicam de si, nas suas artes, nos levando a perceber que suas obras, sejam elas esculturas, pinturas, talha, fazem parte da comunicação de que esses santos apresentados nas capelas marcaram suas histórias.

As capelas e suas imagens estão harmonicamente envolvidas na arquitetura que as envolve e fazem parte do patrimônio religioso que buscamos perceber nas narrativas do Pe. Manuel. Em relação à sua percepção sobre patrimônio religioso e a representação das imagens de santos e anjos na igreja, ele narrou que:

O que representa, sempre no aspecto mais religioso propriamente, é cultural, mas é religioso. Ora, as imagens são a três dimensões o que as pinturas são a duas dimensões. O que é que nós temos como imagens? Uma representação, por exemplo, de uma pessoa. Ou dentro da religião Cristã, temos elementos que nos identificam: pessoas, santos, personagens do Evangelho ou da história. Por exemplo, vamos encontrar o cordeiro, que morreu, e estamos a relacionar tudo isto com Jesus Cristo e também com São João Batista. E vamos encontrar um Menino Jesus pequenino em cima de um livro posto na imagem do Santo Antônio. Veja, até mesmo para indicar qualquer coisa que Santo Antônio era pregador, ensinava que ele era Jesus, e em sinal estava o livro. Todos esses elementos, são elementos para exemplificar o que se pretende “ensinar” (Entrevista concedida ao autor em julho 2017).

Sua resposta aponta elementos essenciais ligados às expressões, à cultura e à religiosidade, formando uma relação indissociável, que merece reflexões, uma vez que compara as dimensões representativas entre as pinturas e imagens. Entendemos nas suas narrativas que a imagem esculpida tem como função a presentificação do ausente, nesse caso, o próprio santo ou anjo materializado como pessoa. Segundo ele, as imagens possuem funções de comunicação do que elas representam. Assim, pensamos na necessidade de educar nossos sentidos, seja na forma de olhar ou de interpretar as produções humanas. Para haver compreensão dos indicativos narrados, acreditamos como Pesavento (2004, p. 42) que:

Tais traços são, por sua vez, indícios que se colocam no lugar do acontecido, que se substituem a ele. São, por assim dizer, representações do acontecido, e que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa, porque os vê como registros de significado para as questões que levanta.

As interações entre a narrativa e as reflexões do enquadramento teórico nos possibilitam acesso a uma leitura interativa, que por nós foi apreendida como sendo o resultado de significados, onde o Pe. Manuel aponta o cordeiro e sua relação com Jesus Cristo e Santo Antônio com o menino-Deus em cima do livro, repassando a ideia de ser um pregador da palavra. Esses elementos descritos fazem parte da ação evangelizadora que as artes enunciam simbolicamente e, na compreensão de Pesavento, são traços deixados nas fontes, interpretados pelos historiadores. Nessa perspectiva, Franco Júnior (1996, p. 202) afirmou:

Uma imagem não é apenas a justaposição de diversos signos, mas o resultado articulado deles. Ademais, uma imagem nunca é autônoma, pois seu significado está ao menos em parte relacionado com o conjunto no qual ela se encontra inserida, isto é, com sua localização física e com a utilização social que recebe.

Analisando o conjunto das representações do patrimônio religioso nas capelas da Igreja de Santa Antão, observamos que pinturas e esculturas sempre apresentam sintonia e assimetria no mesmo local, mas comunicam que estão sempre relacionadas ao amor e à obediência e remetem a ideia de um diálogo, sugerindo uma aproximação mais íntima com o mundo celestial. Nessa perspectiva concordamos com Lopes (2003, p. 6) que:

Quando os estudiosos de fenômenos que se produzem a partir da imagem, ou que produzem imagens, discutem seus fundamentos, esse condicionamento se explicita pelas associações que podem ser elaboradas entre planos abstratos e concretos de relações ou de identificações com as imagens.

O autor apresenta duas possibilidades para compreendermos as imagens, sendo elas o fenômeno produzido a partir de seu significado ou o significado produzido pelo seu idealizador. Nessa perspectiva, acenam-se possibilidades compreendidas por nós como sendo o momento de sua imaginação criativa, em que a arte ganha contorno nos traços desenvolvidos seja em esculturas ou em pinturas, o que quer dizer que, da produção imaginativa, torna-se a obra concreta, trazendo a relação de identidade do artista. Sua criação tem a função de transmitir uma mensagem que será percebida através da visualização. Nesse contexto, o padre Manuel faz o seguinte questionamento: qual é o principal elemento visual dentro de uma igreja? Em sua interpretação ele afirma:

São os retábulos! Na sua arte sacra, dourada. Porque não são simplesmente madeiras com recortes: lá tem anjinhos e, os anjinhos têm a hierarquia deles: anjos, arcanjos, querubins, serafins, potestades. São nove. E vamos encontrar quem estiver atento vendo isto, tal como temos outros símbolos que também aparecem nesta parte – mais propriamente nos altares e sua talha (Entrevista concedida ao autor em julho 2017).

Observamos, na narrativa, que a arte é dotada de símbolos e esses são marcados por presenças imaginativas de seu construtor, como observa o entrevistado quando aponta a hierarquia de seres celestes presentes nas pinturas ou talhas. Desse modo, caberia a nós compreendermos o que são esses seres divinos, suas hierarquias, quais deles estão presentes nessas representações artísticas e o que simbolizam seus locais de aparecimento na arte. No plano imaginário do seu idealizador, não temos terreno para pisar; por isso, somos levados a observar quais presenças ali estão entre o divino e a condição humana representada, quais são os corpos celestes presentes e quais suas divisões. Certo é que precisamos intercambiar as informações colhidas, pautadas na produção cultural, o que leva à responsabilidade de decodificar seus sentidos.

Outros elementos importantes na concepção do narrador são as pinturas, que, segundo ele, representam duas dimensões, enquanto imagens ou es-

tátuas representam trê. As pinturas têm a função de fazer recordar momentos bíblicos ou momentos históricos da vida de alguém e esse alguém são os santos. Não nos esqueçamos também das assinaturas dos seus produtores ou de suas ausências – nesse caso, novas procuras aparecem.

A atribuição de sentidos como podemos observar, sempre está ligada a algo. Nesse caso, ao relacioná-lo ao espaço do patrimônio religioso, identificamos como sendo pertença da memória e, como escreveram a saudosa Cléria Botelho da Costa e Nancy Aléssio Magalhães (2002), a memória partilha as lembranças e nos liga a sentimentos sociais e culturais, desprendendo do passado sabedorias como maneira de interagir passado e presente. Nessa perspectiva, procuramos compreender a Igreja de Santo Antão, sua arquitetura e os bens a ela integrados como patrimônio e sua correspondência, na compreensão do Pe. Manuel, como imóvel de interesse público no universo religioso português, em Évora. Para ele:

Portanto, estamos a ver que estes elementos, tudo é património. É curioso a propósito de tudo isso que o património relacionado aos edifícios e por causa exatamente das classificações do Monumento Nacional de imóvel, interesse público, por norma a classificação é dada ao edifício, a construção, não forçosamente ao que lá está dentro. Porque há património imóvel e há património móvel. Por exemplo, uma imagem é móvel, porque eu tenho aqui, posso levar para lá. A pintura é móvel tenho aqui, posso levar lá. Assim foram classificados, e chamam-se esses elementos de património agregado ao edifício, mas tem que ser na altura da classificação, indicado como tal, senão a classificação é simplesmente pelo nome (Entrevista concedida ao autor em julho 2017).

O narrador chama a atenção para os dois tipos de patrimônio: o religioso e o arquitetônico. Ele explica que a relação da classificação do monumento nacional e de imóvel de interesse público é aplicada à construção e não aos pertences interiores. Notamos que há uma preocupação, na Europa, com a proteção aos bens patrimoniais religiosos. Para Morão e Correia (2008), tal preocupação foi manifestada após o encontro que ocorreu em Villa Vigoni, por participantes que envolveram especialistas alemães e italianos, que aprovaram a recomendação através de uma carta intitulada, à sua localização geográfica, Carta de Villa Vigoni. A carta é composta de doze recomendações voltadas ao conhecimento e preparo dos bens culturais e do preparo de pessoas que devem possuir condições de fazer parte do processo de proteção cultural.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro e 1º de março de 1994 realizou-se, na Villa Vigoni (Lago de Como), um encontro promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, sobre o tema “A protecção do património cultural como dever do Estado e da Igreja”. Os especialistas alemães e italianos participantes neste encontro aprovaram a seguinte recomendação, designada por “Carta de Villa Vigoni” (MORÃO; CORREIA, 2008, p. 32).

Nessa seção informativa, percebemos apontamentos realizados que procuram demonstrar no debate inicial a interação e preocupação da manutenção dos bens religiosos entre Estado e Igreja com propósito de preservação dos bens culturais, preocupação também de intelectuais que tem dedicado seus estudos apontando traços de identidades a partir das criações, criando leis de proteção numa demonstração do respeito às expressões artísticas e arquitetônicas que expressam a identidade cristã numa clara demonstração do repasse cultural e histórico localizando geograficamente a identidade cultural. Entendemos que a preservação somente terá êxito se houver uma promoção de Educação Patrimonial, essa ação possibilita a sociedade local reconhecer nessas produções o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, a responsabilidade de órgãos governamentais, pesquisadores, autoridades eclesiais e sociedade local devem partilhar envolvimento e repasse de preservação. Em se tratando das narrativas que ora colhemos através da pesquisa, pôde ser observado uma continua preocupação do Pe. Manuel em realizar em suas pregações, ações que despertam nos fieis um senso de evangelização numa atividade pastoral contínua, entendido por nós como descreve a carta de Villa Vigoni (*apud* MORÃO; CORREIA, 2008, p. 32):

Os esforços da Igreja para a protecção e valorização dos bens culturais religiosos móveis e imóveis são particularmente importantes no momento histórico actual, quer para contrariar os processos de secularização, de dispersão e de profanação que os ameaçam, quer para responder aos anseios de recuperação da sacralidade, da identidade e da continuidade da herança histórica dos povos.

Como podemos observar, na interpretação dos autores, existe um duplo interesse do movimento religioso para a manutenção e valorização de seus bens, pois as igrejas construídas de norte a sul do globo sob o signo do cato-

licismo têm sido palco de visitas de turistas em decorrência de suas peculiaridades e belezas.

Em relação à Igreja de Santo Antão, existe um movimento de catequização contínua realizado durante as celebrações, que se estende aos materiais didáticos, os quais ajudam na compreensão do que seja o processo histórico da construção da Igreja de Santo Antão escrito em um libelo pelo Pe. Manuel Maria Madureira da Silva. Outros aspectos observáveis são os informativos em formato de placas, dispostos em púlpitos que ficam em frente às doze capelas. Percebemos, nessa atitude, uma ação doutrinária que procura utilizar o espaço para reabilitação de um processo histórico, como maneira de desempenhar ações litúrgicas. Essa prática pode ser pensada como escreveu Cameirão (2008, p. 13), que “o espírito do lugar é uma actuação arrojada e profética que possibilita o usufruto do património religioso na plenitude das formas da arquitectura que se superam, que a tornam incondicionada e ilimitada na sua interpretação na contemplação”.

A confecção das placas demonstra a preocupação do processo educativo religioso no sentido de uma reeducação do olhar orientando através de uma sinopse de texto em língua vernácula, inglês e francês, propiciando aos transeuntes condições de se situarem no idioma materno, com informativos sobre cada capela e as obras de artes nelas contidas, seu construtor e o século a que pertencem. Por isso, quando interrogamos Pe. Manuel sobre o cuidado com a igreja e seus bens integrados, ele fez uma pergunta e respondeu em seguida:

A igreja tem ou não tem cuidados quanto à proteção dos monumentos? Claro, como qualquer patrão. Um patrão não existe no mundo para destruir a própria empresa. Portanto, a própria empresa tem de si os edifícios e tem a obrigação de cuidar deles. Simplesmente é um cuidar deles que não pode perder interesse de si. Volto na questão do que está classificado. Nós, em Portugal, temos um contrato entre o governo português, a República Portuguesa e o Vaticano, e tem a ver com as igrejas concretamente, os nossos bens, nossos bens religiosos. O que está classificado, o Estado tem a obrigação de conservar, o Estado tem a obrigação de fazer isto, faz parte do Estado fazer isto! A parte de fora! A parte de dentro, será a própria Igreja, com as esmolas das pessoas que com boas vontades, com algumas heranças que a Deus por ventura possa haver, e os séculos XII, XIII, XIV, XV e XVI foram tempos ótimos para doações que as pessoas faziam; por isso muitas coisas foram construídas, a expensas das próprias pessoas simples, que iam doando. Assim, faz parte da responsabilidade da igreja conservar, manter os próprios monumentos (Entrevista concedida ao autor em julho 2017).

À luz das entrevistas, concordamos com Alberti (2004, p. 19), ao escrever: “Creio, contudo, que as entrevistas têm o valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam”. Os apontamentos do narrador deixam entrever significados de séculos anteriores e parte dos responsáveis pela existência delas – um legado que foi ao longo dos séculos transmitido de uma geração para outra e que tem sido assumido em parceria entre Estado e Igreja na intenção da preservação dos bens religiosos, numa clara demonstração de interesse de conservação dos significados produzidos.

Considerações finais

A pesquisa apontou para interpretações que colaboram para refletirmos sobre a importância da memória, como possibilidades de uma história cultural democrática acessível no campo historiográfico, o que permite nossa compreensão ligando o passado ao presente. Foi nossa pretensão, ao final deste exercício intelectual, refletirmos sobre a importância da memória como ferramenta para se conhecer a história e a identidade local ligadas ao patrimônio religioso. Nesse sentido, o campo da História e Memória, repensadas à luz das entrevistas, possibilitou-nos compreender abordagens e mudanças no campo historiográfico e revelou possibilidades de reorientação nesses postulados.

A trama do texto perpassou narrativas e representações expressas sobre o patrimônio, representados nas artes integradas. Compreendemos, ao longo deste exercício intelectual, a combinação de elementos caros à reflexão de historiadores. Os dados da cultura de uma determinada época atravessam outros tempos, uma vez que são elementos simbólicos constitutivos do seu pertencimento, calcados na produção histórica, social e cultural.

A pesquisa demonstrou que houve durante o processo histórico a necessidade de novas incorporações ao conceito de patrimônio, ampliando questões de ver e sentir, incorporando os chamados emergentes nesse debate. Essa demanda está associada à Segunda Guerra Mundial, em decorrência da depreciação que os monumentos sofreram durante esse período. A sensibilidade dos autores voltou-se para a compreensão sobre a representação de patrimônio religioso no sentido teórico e pautado na memória. Percebemos que há uma interligação que permeia memória, história e identidade, fortalecidos ao longo do processo histórico.

Em termos finais, o trabalho, a partir das narrativas do Pe. Manuel, proporcionou-nos compreender expressões diversas representadas nas artes da Igreja de Santo Antão, de maneira a comungarmos com Pesavento (2004, p. 41), quando escreve que “a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”. Pensamos que este trabalho traz possibilidades de novas envergaduras para reflexões acerca do patrimônio.

Referências

ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AUMONT, J. *A imagem*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

CAMEIRÃO, E. Reutilização de Igrejas antigas. *Pedra e Cal - Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado*, Lisboa, n. 38, abr/maio/jun., 2008. Disponível em: <http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev38_Revista_Completa.pdf>. Acessado em: 01 de abril de 2019.

CORREIA, M. Património religioso e lugares sagrados. *Pedra e Cal - Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado*, Lisboa, n. 38, abr/maio/jun., 2008. Disponível em: <http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev38_Revista_Completa.pdf>. Acessado em: 01 de abril de 2019.

COSTA, C. B. da; MAGALHÃES, N. A. (Orgs) *Contar história, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

Declaração do México. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos201985.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

FRANCO JR., H. *A Eva barbada*. Ensaio de mitologia medieval. SP: EDUSP, 1996.

HOBBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra: 2013.

LOPES, R. J. Imagens e devoções no catolicismo brasileiro: fundamentos metodológicos e perspectivas de investigações. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 3, p. 1-29, 2003. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_lopes.pdf>. Acessado em: 07 de agosto de 2018.

MAGALHÃES, O.; CONDE, A. F. A intervenção educativa: género, história e património, sugestões práticas. In: POMAR, C.; PINTO, T. *Guião de Educação – género e cidadania. Segundo ciclo*. Lisboa: Comissão para Cidadania e Igualdade de Género, 2012, p. 50-70.

MORÃO, J. G.; CORREIA, M. B. Carta de Villa Vigoni sobre a protecção dos bens culturais da igreja. *Pedra e Cal - Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado*, Lisboa, n. 38, abr/maio/jun., 2008. Disponível em: <http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev38_Revista_Completa.pdf>. Acessado em: 01 de abril de 2019.

PESAVENTO, S. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, M. M. M. da. *A Igreja de Santo Antão em Évora*. Évora: Diana - Litográfica do Alentejo. 1995.